



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0001330-90.2017.8.26.0566 - 2017/000435**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas**
 Documento de Origem: **CF, OF, IP-Flagr. - 476/2017 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 244/2017 - 4º Distrito Policial de São Carlos, 114/2017 - Delegacia da Defesa da Mulher de São Carlos**
 Réu: **JESUS DONIZETE FAZAN**
 Data da Audiência: **06/10/2017**

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **JESUS DONIZETE FAZAN**, realizada no dia 06 de outubro de 2017, sob a presidência da **DRA. LETÍCIA LEMOS ROSSI**, MM. Juíza de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. GUSTAVO LUÍS DE OLIVEIRA ZAMPRONHO**, DD. Promotor de Justiça; a presença do acusado, acompanhado do Defensor Público **DR. JOEMAR RODRIGO FREITAS**. Iniciados os trabalhos, pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperguntas pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Em seguida, foram inquiridas a vítima **REGIANE APARECIDA MELO DE TOLEDO** e a testemunha **CESÁRIO BENEDITO SEGATELLE JÚNIOR**, sendo realizado o interrogatório do acusado **JESUS DONIZETE FAZAN** (Nos termos dos Provimentos nº 866/04 do Conselho Superior da Magistratura e 23/04 da Corregedoria Geral de Justiça, com as alterações previstas na Lei nº 11419, o(s) depoente(s) foi (ram) ouvido(s) sendo gravado em mídia digital o(s) seu(s) depoimento(s) tendo sido anexado(s) na sequência). As partes desistiram da oitiva da testemunha faltante, o que foi homologado pelo MM Juiz. Após, não havendo outras provas a serem produzidas determinou que se passasse aos debates. **DADA A PALAVRA AO MINISTÉRIO PÚBLICO**: MM. Juíza: Analisando os autos depois da instrução judicial, fica evidente que o delito de ameaça não se sustenta para possível condenação, sendo evidente caso de absolvição. Por outro lado, o crime do estatuto do desarmamento ficou perfeitamente demonstrado, principalmente diante do laudo de fls. 119/120, o qual comina pena mínima de 1 ano. Os antecedentes do réu não impedem que ele aceite o benefício da suspensão condicional do processo, que proponho pelo prazo de dois anos, com as condições de praxe. **DADA A PALAVRA À DEFESA**: MM Juíza: Reitero os termos do nobre Promotor de Justiça. **PELA MM JUÍZA FOI DADA A SEGUINTE DECISÃO**: o réu foi denunciado como incurso dos artigos 147, caput, c.c 61, II, 'f', ambos do Código Penal e artigo 12, caput, da Lei 10.826/03. Após a oitiva da vítima bem como do interrogatório do réu não ficou demonstrado o crime de ameaça. Cuidou-se na verdade de mera discussão entre casal, como agressões verbais recíprocas. Dessa forma não há que se falar na existência do crime de ameaça. Ante o exposto, julgo improcedente a pretensão acusatória para absolver o acusado **JESUS DONIZETE FAZAN** da imputação do artigo 147, caput, do Código Penal. **Diante da primariedade do acusado, e tendo em vista a proposta de oferta de suspensão condicional pelo Ministério Público, quanto ao delito do artigo 12, caput, da Lei 10.826/03,**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

determino a lavratura de termo em apartado. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Comunique-se. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Luis Guilherme Pereira Borges, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

Juiz(a) de Direito:

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Promotor:

Acusado:

Defensor Público: